



DOENÇAS ENDÊMICAS E A COBERTURA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PARA COM AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS

ARTHUR HENIQUE SILVA DAMASCENO; JOYCE THAYNARA DA SILVA MOURA;
ANTONIO HANDERSON LIMA AGUIAR; MARIA JUCINARIA PEREIRA DE
OLIVEIRA SARMENTO; IDELBRANDO ARAÚJO LIMA JÚNIOR

RESUMO

Este artigo analisa o papel da Atenção Primária à Saúde (APS) no controle de doenças endêmicas na região amazônica, destacando os principais desafios enfrentados e as estratégias necessárias para ampliar a cobertura e a eficiência desse nível de atenção. A experiência com a pandemia evidenciou a necessidade de investir em telemedicina, educação permanente para profissionais de saúde e criação de redes integradas de atenção para responder a futuras emergências sanitárias. Além disso, o artigo reforça a importância da educação continuada para os profissionais que atuam na APS, destacando a necessidade de capacitação contínua e de estratégias que integrem universidades, centros de pesquisa e governos locais para a formação de profissionais qualificados. A criação de redes de atenção à saúde que garantam a continuidade do cuidado e a utilização de sistemas de informação eficientes são apontadas como medidas fundamentais para aumentar a eficiência da APS na Amazônia. Por fim, o estudo recomenda a realização de pesquisas futuras que avaliem o impacto das políticas públicas implementadas, proponham soluções inovadoras e garantam maior equidade no acesso à saúde para as populações amazônicas, com vistas a construir uma APS forte, resiliente e capaz de promover a saúde e o bem-estar na região.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde, Amazônia, doenças endêmicas.

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, uma das maiores regiões de biodiversidade do mundo, enfrenta grandes desafios de saúde pública, especialmente no controle de doenças endêmicas como hanseníase, doença de Chagas e outras patologias de relevância epidemiológica. A precariedade de infraestrutura, a dispersão geográfica da população e o difícil acesso aos serviços de saúde complicam a implementação de ações efetivas de vigilância e controle de doenças. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) emerge como a principal estratégia para garantir o acesso aos serviços de saúde, prevenir doenças, e promover o bem-estar das populações amazônicas.

A hanseníase, por exemplo, ainda apresenta elevada prevalência no Brasil, com a região Norte concentrando altos índices de novos casos e dificuldades no diagnóstico precoce (MONTENEGRO et al., 2021). De forma semelhante, a doença de Chagas permanece um desafio significativo, especialmente em áreas rurais remotas, onde a APS ainda enfrenta entraves para o manejo e controle (DA SILVA et al., 2024). Além disso, a pandemia de COVID-19 evidenciou a fragilidade da APS na Amazônia, expondo limitações em sua capacidade de resposta rápida e eficiente, resultando em óbitos evitáveis (BATISTA et al., 2024).

Outro aspecto crítico na região é a baixa cobertura vacinal, especialmente em comunidades ribeirinhas e indígenas. De acordo com De Oliveira et al. (2023), os índices de vacinação em Rondônia apresentaram uma queda significativa na última década, impactando

diretamente o controle de doenças imunopreveníveis como febre amarela, sarampo e hepatite A. A dificuldade logística para o transporte de vacinas e a escassez de profissionais de saúde qualificados nas regiões mais afastadas reforçam a necessidade de estratégias mais eficazes de distribuição e monitoramento.

Além disso, a organização dos serviços de saúde nos municípios rurais remotos enfrenta desafios específicos. Segundo Morais et al. (2022), muitos desses municípios dependem exclusivamente da APS para oferecer cuidados básicos à população. No entanto, a ausência de infraestrutura adequada, aliada à rotatividade de profissionais e à falta de integração entre os níveis de atenção, dificulta a continuidade e a qualidade do atendimento. A carência de agentes comunitários de saúde e o baixo investimento em educação permanente dos profissionais de saúde também são barreiras que comprometem a eficácia das ações de saúde pública na região.

Outro fator relevante é o impacto das condições socioeconômicas sobre a saúde das populações amazônicas. A pobreza, a insegurança alimentar e o saneamento básico precário são determinantes sociais que agravam o quadro epidemiológico da região. Estudos apontam que a desnutrição infantil, associada à vulnerabilidade socioeconômica, contribui para a alta prevalência de doenças infecciosas e parasitárias, exigindo uma abordagem integrada que envolva não apenas a APS, mas também políticas públicas intersetoriais voltadas para a melhoria das condições de vida.

A inclusão das tecnologias digitais de saúde também se mostra promissora como uma solução para os desafios da APS na Amazônia. A telemedicina, por exemplo, tem potencial para reduzir as barreiras de acesso ao atendimento especializado, permitindo que comunidades isoladas sejam acompanhadas por profissionais localizados em centros urbanos. Entretanto, para que essas tecnologias sejam efetivamente implementadas, é necessário garantir infraestrutura de comunicação adequada, como acesso à internet de qualidade e capacitação dos profissionais de saúde para o uso dessas ferramentas.

Este artigo tem como objetivo analisar o desempenho da Atenção Primária à Saúde na Amazônia no enfrentamento de doenças endêmicas, destacando os avanços, desafios e propostas para uma maior cobertura e eficiência na prevenção, diagnóstico e tratamento dessas doenças. Por meio de uma revisão das principais publicações recentes, busca-se oferecer uma visão crítica sobre as estratégias adotadas e sugerir caminhos para fortalecer a APS na região, promovendo a saúde e a qualidade de vida das populações amazônicas.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica descritiva e analítica, com foco nas doenças endêmicas da região amazônica e na atuação da Atenção Primária à Saúde (APS). Foram utilizados artigos científicos publicados entre 2021 e 2024, acessados em bases de dados reconhecidas como Scielo, PubMed e Google Scholar. Para garantir a relevância e a qualidade das informações, os critérios de inclusão adotados foram: artigos indexados, publicados em periódicos revisados por pares e que abordassem diretamente a temática proposta. Estudos que não apresentavam relação direta com a APS ou com as doenças endêmicas da Amazônia foram excluídos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo de De Oliveira et al. (2023) destacou que, embora Rondônia tenha apresentado avanços importantes na cobertura vacinal na última década, a distribuição desigual dos serviços de saúde ainda representa uma barreira significativa. A cobertura vacinal em áreas urbanas é visivelmente superior à das zonas rurais, onde o acesso aos serviços de Atenção Primária à Saúde (APS) é limitado pela infraestrutura precária, pela escassez de profissionais de saúde e pela ausência de políticas públicas que promovam a equidade no atendimento. Essa

disparidade compromete a capacidade da APS de prevenir e controlar de maneira eficaz doenças imunopreveníveis, como a febre amarela e a hepatite B, que ainda apresentam surtos em comunidades isoladas.

Outro fator relevante apontado por Montenegro et al. (2021) é a dificuldade no diagnóstico precoce da hanseníase, uma das principais doenças endêmicas da região Norte. A busca ativa de casos nas comunidades rurais, essencial para a detecção precoce, é muitas vezes interrompida devido à falta de recursos e à baixa capilaridade das equipes de saúde. Além disso, o estigma associado à doença afasta muitos pacientes dos serviços de saúde, perpetuando cadeias de transmissão que poderiam ser controladas com uma abordagem mais integrada da APS. A ampliação de campanhas educativas e a capacitação contínua dos agentes comunitários são medidas fundamentais para reverter esse quadro.

Além da hanseníase, a doença de Chagas é outro desafio crítico para a APS na Amazônia. Modesto et al. (2023) ressaltam que a escassez de infraestrutura e a falta de insumos básicos, como testes rápidos para diagnóstico, dificultam o manejo adequado dos casos em áreas endêmicas. O diagnóstico tardio é comum, agravando o quadro clínico dos pacientes e aumentando a taxa de morbidade e mortalidade associada à doença. A integração entre os serviços de APS e os níveis secundário e terciário de atenção à saúde é essencial para garantir o tratamento oportuno e o acompanhamento adequado dos pacientes.

Outro ponto crítico é a ausência de agentes comunitários treinados para atuar de forma efetiva no controle de doenças endêmicas. Esses profissionais desempenham um papel crucial na identificação precoce de casos, na orientação da população sobre medidas preventivas e na promoção de campanhas de vacinação. No entanto, muitos municípios amazônicos ainda enfrentam dificuldades na contratação e na manutenção desses profissionais, o que compromete a continuidade das ações de vigilância epidemiológica e de promoção da saúde.

Por fim, a cobertura vacinal insuficiente em algumas localidades da Amazônia reflete a falta de integração entre as ações de APS e os programas de saúde pública. A ausência de sistemas de informação eficientes e a dificuldade de comunicação entre as diferentes instâncias de gestão de saúde agravam essa situação, dificultando a implementação de estratégias de imunização em massa. O fortalecimento da APS, aliado à modernização dos sistemas de informação em saúde, é essencial para garantir uma cobertura vacinal mais ampla e eficaz em toda a região amazônica.

A pandemia de COVID-19 expôs fragilidades críticas na estrutura da APS na Amazônia, especialmente em áreas remotas com acesso limitado a recursos e profissionais de saúde. Batista et al. (2024) enfatizam que a sobrecarga dos serviços de saúde durante a pandemia foi particularmente severa em municípios rurais, onde a baixa densidade populacional e as grandes distâncias geográficas dificultaram a mobilização de equipes de emergência e a distribuição de insumos médicos, como equipamentos de proteção individual (EPIs) e oxigênio.

A ausência de leitos hospitalares e de unidades de terapia intensiva (UTIs) em muitos municípios obrigou a APS a assumir funções que normalmente seriam atribuídas a níveis de atenção mais complexos, como o monitoramento de pacientes em estado crítico e a gestão de internações domiciliares. Esse desvio de função sobrecarregou as equipes de saúde da família, que já enfrentavam déficit de profissionais e falta de capacitação específica para lidar com emergências sanitárias dessa magnitude.

Além disso, a pandemia evidenciou a necessidade de políticas públicas que priorizem a expansão da APS em áreas de difícil acesso. A contratação de novos profissionais de saúde, especialmente médicos, enfermeiros e agentes comunitários, é fundamental para garantir a continuidade dos serviços básicos de saúde, mesmo em situações de crise. A implementação de estratégias de telemedicina, apontada por Batista et al. (2024) como uma solução emergente, mostrou-se promissora para ampliar o acesso ao atendimento em comunidades

isoladas, reduzindo a necessidade de deslocamento físico dos pacientes.

Outro aspecto relevante é a interrupção das campanhas de vacinação de rotina durante os períodos mais críticos da pandemia. Essa interrupção resultou em quedas significativas na cobertura vacinal de doenças imunopreveníveis, como sarampo e poliomielite, aumentando o risco de surtos em uma população já vulnerável. A retomada dessas campanhas, com foco especial em áreas rurais e indígenas, é essencial para evitar uma crise de saúde pública secundária à pandemia de COVID-19.

Por fim, a experiência da pandemia ressaltou a importância de fortalecer a capacidade de resposta da APS em situações de emergência sanitária. Investimentos em infraestrutura, capacitação contínua dos profissionais de saúde e a criação de redes de colaboração entre municípios vizinhos podem contribuir para uma resposta mais ágil e eficiente em futuras crises. O fortalecimento da APS deve ser visto não apenas como uma medida de saúde pública, mas também como uma estratégia de desenvolvimento regional, capaz de promover maior equidade no acesso à saúde e melhorar os indicadores de qualidade de vida na Amazônia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel crucial no controle de doenças endêmicas na Amazônia, sendo a principal porta de entrada para o sistema de saúde em uma região marcada por desafios geográficos e sociais únicos. No entanto, para que a APS cumpra sua função de maneira eficaz, é necessário enfrentar obstáculos significativos, como a escassez de recursos humanos qualificados, a insuficiência de infraestrutura física e tecnológica, além da dificuldade de acesso às comunidades mais isoladas, frequentemente situadas em áreas de difícil navegabilidade e com limitada conectividade terrestre. A superação desses desafios exige políticas públicas específicas, que considerem as particularidades regionais e promovam a integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde.

Os resultados deste estudo indicam que a ampliação da cobertura da APS, aliada à implementação de políticas de saúde pública voltadas para a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento adequado de doenças endêmicas, é fundamental para a melhoria dos indicadores de saúde na Amazônia. Doenças como a hanseníase e a doença de Chagas, que ainda apresentam altas taxas de prevalência na região, podem ser controladas de maneira mais eficaz com a expansão das equipes de saúde da família e a capacitação contínua dos profissionais, garantindo que os serviços de saúde alcancem até as localidades mais distantes. Além disso, a descentralização dos serviços de saúde, com a criação de polos de atendimento regionalizados, pode contribuir para a redução das desigualdades no acesso à saúde.

Por fim, recomenda-se a continuidade de pesquisas sobre o impacto da APS no controle de doenças endêmicas, com foco na avaliação de novas estratégias que garantam maior eficiência e equidade no acesso à saúde para as populações amazônicas. Estudos futuros devem explorar a eficácia das políticas públicas já implementadas, identificar as principais barreiras ao acesso aos serviços de saúde e propor soluções inovadoras que considerem o contexto socioeconômico e cultural da região. A construção de uma APS forte e resiliente na Amazônia é essencial não apenas para o controle das doenças endêmicas, mas também para a promoção da saúde e do bem-estar das populações que vivem em uma das regiões mais biodiversas e desafiadoras do planeta.

REFERÊNCIAS

DE OLIVEIRA, Wuelison Lelis et al. Interfaces entre a cobertura vacinal e a Atenção Primária à Saúde: uma análise retrospectiva da última década em Rondônia. **Research, Society**

and Development, v. 12, n. 3, p. e26612340699-e26612340699, 2023.

MORAIS, Cristiano Gonçalves et al. ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM UM MUNICÍPIO RURAL REMOTO NO ESTADO DO PARÁ. In: **15º Congresso Internacional da Rede Unida**. 2022.

MONTENEGRO, Danusa et al. Prevalência de hanseníase no Brasil e os desafios da busca ativa na atenção primária à saúde. **Revista Científica Integr@ção**, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2021.

RODRIGUES, Karina Vasconcelos et al. Organização da Atenção Primária à Saúde em um município rural remoto do norte do Brasil. **Saúde em Debate**, v. 45, n. 131, p. 998-1016, 2021.

BATISTA, Naylane Viana et al. Óbitos por COVID-19 e atenção primária em saúde: narrativas de familiares: relatos de los familiares. **Diversitas Journal**, v. 9, n. 3, 2024.

MORAIS, Cirliane de Araújo. Análise espacial dos indicadores epidemiológicos de hanseníase e de serviços da atenção primária à saúde bucal do Norte e Nordeste do Brasil, 2012 a 2021. 2023.

VIANA BATISTA, Naylane et al. Óbitos por COVID-19 e atenção primária em saúde: narrativas de familiares. **Diversitas Journal**, v. 9, n. 3, 2024.

LIMA, Juliana Gagno et al. Organização da Atenção Primária à Saúde em Municípios Rurais Remotos do Oeste do Pará. **Saúde em Debate**, v. 47, n. 139, p. 858-877, 2023.